

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Exercícios comentados para fixação do aprendizado.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





JAPARATINGA – AL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARATINGA -
ALAGOAS - AL**

**Professor de Língua
Portuguesa**

EDITAL Nº 001/2025

**CÓD: OP-050MA-25
7908403573974**

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Concordância verbal e nominal	14
3. Regras de acentuação	16
4. Ortografia oficial	17

Legislação

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	25
2. Lei Federal Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	66

Conhecimentos Profissionais

1. Comportamento escritor; Comportamento leitor	89
2. Estratégias didáticas para o ensino de leitura; Fluência leitora com compreensão	89
3. Funções da linguagem	91
4. Linguagem oral, oralização e oralidade	91
5. Produção de textos orais e escritos	92
6. Tipologia textual e gênero textual	93
7. Narração, descrição, dissertação e carta	98
8. Semântica, Sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia e ambiguidade	99
9. Níveis de linguagem	103
10. Figuras de linguagem	105
11. Noções de estilística	108
12. Coesão e coerência	109
13. Morfologia; Fonologia (relação letra e fonema)	111
14. Separação de sílaba e translineação	113
15. Estrutura de palavras	115
16. Acentuação gráfica e tônica	117
17. Ortografia e pontuação	117
18. Classes gramaticais de palavras; Colocação pronominal	123
19. Sintaxe de concordância verbal e nominal	131
20. Sintaxe de regência verbal e nominal	131
21. Análise morfossintática de período simples	132
22. Frase, oração e período; Sintaxe: Período simples e composto	135
23. Período composto por coordenação; Período composto por subordinação; Orações substantivas, adjetivas e adverbiais	137

Educação Pública

1. Avaliação educacional.....	145
2. Didática e pedagogia.....	147
3. Gestão escolar	148
4. Planejamento do ensino	150
5. Tecnologia aplicada à educação.....	151
6. Piaget, Vygotsky e Wallon.....	153
7. Psicologia da educação	160

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto

de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

LEGISLAÇÃO

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Quais as implicações?

Implicações curriculares, com flexibilização e aligeiramento da formação

- Altera o formato de financiamento público com privatização
- Atinge a formação docente
- Impacta a docência da rede particular de ensino
- Não assegura novos recursos

Implicações Curriculares

Carga horária do ensino médio será ampliada de forma progressiva (§ 1º, Art. 24 LDB – nova redação) para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Ou seja, só existe prazo para se chegar às mil horas, ou seja, uma hora em relação a carga horária atual.

A Lei não faz referência clara como essa expansão irá acontecer no ensino médio noturno. Apenas determina que os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.”

O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica, mas não especifica se atingirá os itinerários formativos do ensino médio. É provável que não.

Obriga a oferta de língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental.

A Lei dispõe que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais. Portanto, não necessitará de ser tratado para o conjunto dos estudantes.

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br

A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do CNE e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

A BNCC definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

A parte diversificada dos currículos, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à BNCC e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

A BNCC referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Portanto, não haverá a obrigatoriedade de disciplinas.

Obrigatoriedade apenas para o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas, e de língua inglesa.

Outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, poderão ser ofertadas de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

A carga horária destinada ao cumprimento da BNCC não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio. Ou seja, próximo a 69% do total da carga horária.

Itinerários Formativos

O currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de **diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

Poderá ser composto **itinerário formativo integrado**, que se traduz na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos.

Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput.

1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que

preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

COMPORTAMENTO ESCRITOR; COMPORTAMENTO LEITOR

A leitura é considerada uma atividade social, com desempenho daquele que lê na presença do interlocutor. Dessa maneira, pode-se afirmar que o significado de leitura não se encontra isoladamente no texto nem no seu leitor, nem mesmo nas práticas de interação social em que a leitura é realizada. De fato, esses produzem concepções de leitura, conforme o enfoque, sendo: foco no texto, foco no leitor, foco no autor, foco na interação texto-autor-leitor.

► Foco no Texto - Modelo Estruturalista

Segundo Kato (1985) [KATO, Mary. O aprendizado da leitura. São Paulo: Martins Fontes, 1987.], o Estruturalismo, desenvolvido por Ferdinand Saussure (1997), concebe a leitura como um processo interposto pela compreensão oral, ou seja, na leitura oral, a pessoa que lê produz os sons da fala, e, na leitura silente, o leitor produz os movimentos internos equivalentes. Tal resposta-estímulo faz correlação ao significado. Nessa perspectiva, o leitor, para produzir significado, permanece rigorosamente atrelado aos estímulos visual e auditivo, e a decodificação de tais estímulos é o processo que resulta na leitura. A concepção de leitura com foco no leitor visa à formação de leitores que, embora providos de velocidade e dicção eficiente, não são aptos a refletir e desenvolver uma crítica ao conteúdo exposto no texto.

No modelo estruturalista, o texto é tratado em primeiro plano, cabendo ao leitor a função única de decodificar, fazendo utilização das informações de forma linear e indutiva. Segundo essa abordagem, o leitor segue uma hierarquia que observa as sequências, processando em primeiro lugar, os aspectos composicionais menores, letra por letra, sílaba por sílaba; em seguida, ele processa as unidades maiores, como palavras e textos. Com isso, o leitor associa as palavras decodificadas com os respectivos significados, alcançando a compreensão do texto a partir da síntese e da análise.

► Foco no Leitor - Modelo Cognitivo

Segundo esse modelo, não há decodificação nem linearidade no processo de leitura, ou seja, o leitor não procede sequencialmente cada letra, cada sílaba e cada palavra, para se alcançar proficiência na leitura. O processo de leitura parte do leitor para o texto, em um decurso decrescente, contrário do que ocorre na perspectiva estruturalista, que parte do menor para o maior. Assim, a produção do sentido do texto é papel do leitor, visto que o seu conhecimento de mundo é o que permeia a leitura. Em outras palavras, o leitor utiliza o saber previamente adquirido para atribuir sentido ao texto.

► Foco no Texto - Modelo Interacionista

Segundo essa concepção, texto e leitor são fundamentais para a leitura. Assim, a produção de sentido ocorre por meio da interação entre texto, autor e leitor. O sentido não permanece atrelado nem ao texto nem ao leitor, mas reside na interação entre ambos. O ato de ler passa, desse modo, a ser considerado um processo de integração da mensagem contida no texto, como também das informações que o leitor transporta para o texto.

O leitor, conforme essa perspectiva, deve ativar seus saberes prévios, fazendo constantes inferências ou desempenhando táticas de previsão. Assim, a partir das informações contidas no texto e dos seus próprios conhecimentos de vida, leitor recorre a procedimentos que o ajudem a encontrar evidências das previsões e das inferências que foi capaz de fazer.

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE LEITURA; FLUÊNCIA LEITORA COM COMPREENSÃO

A leitura é uma das habilidades mais importantes que os estudantes aprendem na escola, e é crucial para o sucesso acadêmico e pessoal. No entanto, muitos alunos enfrentam desafios na compreensão de textos e na interpretação de informações. Para resolver esses problemas, os professores precisam estar familiarizados com diferentes teorias e métodos de leitura que podem ser aplicados em contextos educacionais.

Uma teoria de leitura muito influente é a teoria do processamento da informação, que enfatiza o papel da memória e do conhecimento prévio na compreensão de textos.

De acordo com essa teoria, os leitores armazenam informações sobre o mundo em sua memória de longo prazo e usam esse conhecimento para compreender novos textos. Os professores podem aplicar essa teoria incentivando os alunos a fazer conexões entre seus conhecimentos prévios e o que estão lendo, o que ajuda a aumentar a compreensão e a retenção das informações.

Outra teoria importante é a teoria socioconstrutivista, que destaca a importância do ambiente social e das interações entre os alunos e o professor na construção do conhecimento. Essa teoria sugere que a leitura é uma atividade social e que a compreensão de um texto é influenciada pelas discussões em grupo e pela colaboração entre os alunos. Os professores podem aplicar essa teoria fornecendo oportunidades para os alunos discutirem textos e trabalharem juntos em projetos de leitura.

Além das teorias, existem também diferentes métodos de leitura que podem ser aplicados em contextos educacionais. O método de leitura em voz alta é uma técnica clássica que pode ser usada para incentivar a compreensão e a fluência na leitura. Os professores podem ler em voz alta para os alunos e pedir que os alunos leiam em voz alta também, para praticar a pronúncia e a entonação correta.

Outro método é a leitura guiada, que envolve o professor em orientar os alunos na leitura de um texto. Os alunos leem em voz alta em conjunto e o professor ajuda a fornecer o contexto e a explicar as palavras difíceis. Essa abordagem é particularmente eficaz para alunos que estão lutando com a leitura e precisam de mais apoio.

O método de leitura crítica é uma abordagem que incentiva os alunos a avaliar o texto e a considerar diferentes perspectivas. Essa abordagem incentiva os alunos a fazer perguntas críticas e a analisar o texto de uma maneira mais profunda. Isso pode ajudá-los a desenvolver habilidades de pensamento crítico e a compreender melhor as informações.

No entanto, para escolher o método de leitura correto e resolver problemas relacionados à leitura, é necessário entender as necessidades específicas dos alunos. Cada aluno tem seu próprio ritmo de aprendizagem e estilo de aprendizado, e é importante que os professores adaptem sua abordagem de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos.

Outra teoria de leitura muito conhecida é a teoria sociocultural, desenvolvida por Vygotsky. Segundo ele, a leitura é uma atividade socialmente mediada e, portanto, a aprendizagem da leitura é influenciada pelas interações sociais do indivíduo. Nessa teoria, a linguagem é vista como uma ferramenta de comunicação e interação social, e a leitura é vista como um processo de construção de significado a partir das interações entre o leitor, o texto e o contexto sociocultural em que está inserido.

Para aplicar essa teoria em sala de aula, é importante que o professor estimule a interação social dos alunos durante a leitura, por meio de atividades de discussão e reflexão sobre os textos lidos, por exemplo. Além disso, é importante que o professor selecione textos que estejam inseridos no contexto sociocultural dos alunos, de modo que eles possam se identificar e estabelecer conexões com o conteúdo lido.

Por fim, temos a teoria crítica de leitura, que tem como principal objetivo desenvolver no aluno a capacidade de compreender e interpretar criticamente os textos lidos. Essa teoria tem como base a ideia de que a leitura é um ato político e que os textos podem ter diferentes significados, dependendo do contexto em que são lidos.

Para aplicar essa teoria em sala de aula, o professor deve estimular a reflexão crítica dos alunos sobre os textos lidos, incentivando-os a questionar o conteúdo apresentado e a buscar diferentes perspectivas sobre o tema abordado. Além disso, é importante que o professor apresente aos alunos diferentes gêneros textuais, para que eles possam compreender como as diferentes estruturas textuais podem influenciar o seu significado.

Existem diversas teorias e métodos de leitura que podem ser aplicados em sala de aula para solucionar problemas relacionados ao ensino e à aprendizagem de leitura. Cabe ao professor escolher a teoria e o método mais adequados para as necessidades de seus alunos, levando em consideração as características individuais de cada um e o contexto sociocultural em que estão inseridos. Com uma prática pedagógica efetiva e engajada, é possível desenvolver nos alunos habilidades de leitura e interpretação crítica de textos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Existem algumas estratégias e procedimentos capazes de proporcionar um maior conforto para os alunos no contato com o texto literário e também fazer com que eles desenvolvam, a partir das leituras que realiza em sala de aula, a disposição por esse tipo de texto, bem como a reflexão e a capacidade crítica, fundamentais para o afloramento do interesse e do refinamento estético.

É importante enfatizar que, sobre toda estratégia estão as preferências do docente, visto que ele, como leitor, deve ser aplicado a este hábito e também deve ter conhecimento sobre uma ampla seleção de escritores e textos adequados para a faixa etária par a qual leciona. Dentre as três estratégias e procedimentos eficientes para esse conteúdo fundamental na educação.

A primeira delas é apresentada pelo pedagogo Rildo Cosson (2006), que propõe o modelo de sequência para o Ensino Fundamental, que, basicamente, é voltada para o lugar e o modo de apresentação dos textos. A sequência básica estrutura-se em quatro fases, sendo:

1ª) motivação, que consiste no momento de preparação do discente para fazer a leitura do texto literário;

2ª) introdução, estágio em que obra e autor são apresentados;

3ª) leitura, isto é o acompanhamento da leitura por parte do aluno e do professor;

4ª) interpretação, que consiste na construção coletiva — envolvendo professor e alunos — do sentido do texto.

A fase da interpretação é considerada produto dos estágios precedentes e, segundo Cosson, é necessário fazer o compartilhamento da interpretação e a ampliação dos sentidos construídos de forma individual.

Outra estratégia é chamada de Método Recepional, criado por Aguiar e Bordini (1993). Esse procedimento é fundamentado na Estética da Recepção, de Jauss (1994) e demanda que o professor se encontre preparado para fazer a origem dos textos relacionados à realidade social do aluno, mas que, simultaneamente, a transpasse.

O Método Recepional se desenvolve em cinco fases, que são determinação do horizonte de expectativa, atendimento ao horizonte de expectativa, rompimento do horizonte de expectativa, questionamento do horizonte de expectativa e ampliação do horizonte de expectativa.

Na etapa da ampliação, os alunos adquirem a compreensão das mudanças e aquisições conquistadas por meio da experiência com a literatura. A conclusão dessa última fase marca o início de um novo emprego da estratégia, que progride, sempre proporcionando aos alunos um vínculo cada vez mais consciente tanto com a literatura como com a própria vida.

Uma terceira estratégia, que tem o mesmo fundamento da anterior (a Estética da Recepção, de Jauss, 1994) foi desenvolvida por Saraiva e Mügge (2006). Esse procedimento foi construído a partir do relato e da capacitação de professores e alunos e, de acordo com Saraiva e Mügge, antes mesmo que fosse sistematizada de forma definitiva, foi certificada pela audiência leitora e formadora.

A estratégia apresenta uma sequência razoavelmente semelhante às descritas previamente e traduz-se em três fases, sendo elas: leitura compreensiva (leitura inicial do texto e estudo de seu conteúdo e sua expressão; leitura interpretativa (comparação entre as leituras e as impressões da primeira fase (é nesse

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

¹O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Nela a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro, passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. O erro, neste caso deixa de representar a ausência de conhecimento adequado. Toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação, dessa forma, tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, considerada a avaliação de entrada, avaliação de input; uma função diagnóstica, do dia-a-dia, a fim de verificar quem absorveu todos os conhecimentos e adquiriu as habilidades previstas nos objetivos estabelecidos. Para José Eustáquio Romão, existe também uma função classificatória, avaliação final, que funciona como verificação do nível alcançado pelos alunos, avaliação de output. Através da função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno. O exemplo classificatório de avaliação, oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola.

— ²Tipos de Avaliação

Assim como as crianças e adolescentes aprendem de diferentes formas, avaliar esses conhecimentos também exige essa diversidade. Ao aderir a essa prática, os professores passam a ter uma dimensão mais completa e integral dos alunos.

1 <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/avaliacao-escolar.htm>

2 <https://novaescola.org.br/conteudo/8778/o-que-e-avaliacao>

Os principais tipos de avaliação, são a diagnóstica, formativa, somativa e externa.

Avaliação diagnóstica

Como o próprio nome indica, esta modalidade possibilita identificar e mapear os saberes dos estudantes em relação a determinado objeto do conhecimento ou habilidade. No ciclo de alfabetização, a avaliação diagnóstica também pode ser chamada de sondagem e acontece periodicamente para acompanhar os avanços das crianças.

O mais comum é que aconteça no início de cada bimestre. Porém, o mais indicado é aumentar a frequência. “Ela deve acontecer várias vezes. A cada novo trabalho ou objeto de conhecimento precisamos de um diagnóstico”, diz Kátia Chiaradia.

A avaliação diagnóstica deve ser capaz de verificar as lacunas, identificar os avanços e os pontos de destaque da turma. Esses dados são utilizados para orientar o planejamento docente e podem nortear, por exemplo, a organização de agrupamentos produtivos.

Olhar para aspectos socioemocionais e mapear interesses, hábitos e realidade de cada aluno também são pontos interessantes de se considerar na hora de planejar o diagnóstico.

Não existe um modelo único para esse tipo de avaliação: ela pode ser realizada utilizando metodologias ativas, roda de conversa ou ser um modelo mais próximo das provas tradicionais.

Muitas secretarias de educação utilizam diagnósticos em rede como um termômetro geral das escolas. Mesmo nesses casos, é importante que o professor realize o seu próprio diagnóstico como forma de complementar as informações e conhecer mais o perfil da turma.

Avaliação formativa (contínua ou processual)

A avaliação processual acontece ao longo do processo de aprendizagem, sempre a partir de um diagnóstico. Conforme acompanha o processo da turma, o professor tem as evidências necessárias para pensar em boas intervenções e saber quando é necessário mudar o percurso – isto é, não é preciso aguardar o término do bimestre para verificar que uma estratégia não funcionou ou que os alunos ainda estão com dificuldade em determinada habilidade.

Para fazer essa avaliação, podem ser utilizadas ferramentas como, por exemplo:

- Produções orais, em grupo e individuais.
- Pesquisas.
- Seminários.
- Estudos de caso.
- Autoavaliação.
- Questionários.

Já para analisar os resultados, utilizam-se rubricas com diferentes níveis de performance. Esses critérios permitem que o professor oriente a observação. Eles devem estar sempre ali-

nhados aos objetivos de aprendizagem previstos naquela atividade ou projeto e conter as evidências para demonstrar que o estudante aprendeu - saiba o que levar em conta para fazer esse trabalho nos Anos Iniciais. Essas expectativas devem ser comparadas com a turma.

Um tipo de avaliação formativa é a comparativa, que visa promover uma análise entre o que o aluno sabia antes de determinada atividade e depois.

Avaliação somativa

É a modalidade mais tradicional de avaliação e caracteriza-se por evidenciar se os alunos dominam determinado conjunto de habilidades. Comumente, acontece ao final do bimestre ou sequência didática. Ao final, atribui-se um conceito ou nota numérica para o desempenho dos estudantes.

Pode ser dissertativa ou de múltipla escolha. É importante que as perguntas sejam claras e, pela resolução da questão, o professor consiga evidenciar as aprendizagens.

Avaliações externas

São provas realizadas em larga escala para avaliar o sistema educacional e auxiliam na construção de uma visão sistêmica sobre como está a aprendizagem no território.

Dentro da escola, os resultados dos estudantes também devem ser analisados, porém os descritores dessas avaliações não devem orientar o planejamento docente – isto é, o objetivo do professor é desenvolver habilidades do currículo, não preparar os alunos para essas provas.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

► O Papel da Avaliação na Educação

A avaliação educacional é um instrumento fundamental para monitorar o aprendizado dos estudantes, a eficácia do ensino e a qualidade das instituições escolares. No entanto, sua aplicação enfrenta desafios significativos, tanto em termos de metodologia quanto de impacto nas políticas educacionais.

Além de identificar problemas e lacunas, a avaliação deve ser utilizada como um meio para promover melhorias contínuas na educação. Para isso, é essencial refletir sobre os desafios existentes e as perspectivas para um sistema avaliativo mais eficaz e inclusivo.

► Desafios da Avaliação Educacional

Enfoque Excessivo na Avaliação Quantitativa:

Muitas avaliações educacionais priorizam dados numéricos, como notas em provas e taxas de aprovação, deixando de lado aspectos qualitativos da aprendizagem, como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, criatividade e pensamento crítico. Esse modelo pode levar a uma visão reducionista da educação.

▪ **Solução possível:** Complementar a avaliação quantitativa com métodos qualitativos, como portfólios, autoavaliações e observações pedagógicas, para oferecer um panorama mais completo do desenvolvimento do aluno.

Uso de Resultados para Classificação e Ranqueamento

Os resultados de avaliações externas, como o IDEB e o ENEM, muitas vezes são utilizados para ranquear escolas e redes de ensino, em vez de servir como base para a formulação de políticas educacionais eficazes. Isso pode gerar competições desleais entre instituições, reforçando desigualdades em vez de solucioná-las.

▪ **Solução possível:** Garantir que os dados avaliativos sejam usados para aprimorar práticas pedagógicas e políticas públicas, em vez de apenas para classificações comparativas.

Desigualdades Regionais e Socioeconômicas

O Brasil apresenta grandes desigualdades na oferta de educação, o que impacta diretamente os resultados das avaliações. Escolas em regiões mais vulneráveis enfrentam dificuldades como infraestrutura precária, falta de materiais didáticos e alta rotatividade de professores, fatores que influenciam negativamente o desempenho dos alunos.

▪ **Solução possível:** Considerar as realidades locais na interpretação dos dados e direcionar investimentos para reduzir desigualdades estruturais na educação.

Pressão Sobre Professores e Estudantes

A avaliação tradicional pode gerar um ambiente de estresse e pressão para alunos e docentes, especialmente quando os resultados são usados para punições ou premiações. Essa abordagem pode levar a práticas como “ensino para o teste”, no qual os professores focam apenas nos conteúdos cobrados em avaliações externas, em detrimento de uma aprendizagem mais ampla e significativa.

▪ **Solução possível:** Estimular uma cultura de avaliação formativa, que valorize o desenvolvimento contínuo dos alunos e ofereça feedbacks construtivos para aprimorar o ensino.

Falta de Formação Docente para Avaliação

Muitos professores não recebem formação adequada para planejar e aplicar avaliações que realmente contribuam para o aprendizado dos estudantes. Isso resulta em práticas avaliativas padronizadas e pouco eficazes para diagnosticar dificuldades e promover melhorias.

▪ **Solução possível:** Investir em programas de formação docente que abordem metodologias avaliativas diversificadas e alinhadas com os objetivos educacionais.

► Perspectivas para a Avaliação Educacional

Avaliação Formativa e Processual:

Uma das principais tendências na avaliação educacional é a valorização da avaliação formativa, que acompanha o progresso dos alunos ao longo do tempo, permitindo ajustes no ensino e promovendo uma aprendizagem mais significativa.

Uso de Tecnologias na Avaliação:

A tecnologia tem potencial para tornar a avaliação mais dinâmica e personalizada. Ferramentas como plataformas de ensino adaptativo, inteligência artificial e gamificação permitem análises mais detalhadas do desempenho dos alunos e oferecem feedbacks imediatos.